

## Senado comemora 20 anos da anistia

País avançou muito, mas tem longo caminho a percorrer para garantir aos brasileiros pleno acesso aos direitos fundamentais da cidadania, ressaltam senadores ao registrar o 20º aniversário da lei que deu liberdade aos presos políticos



Na sessão, proposta por Roberto Freire, os parlamentares relembrou a luta pela restauração da democracia

Senadores da oposição e da base governista estiveram do mesmo lado ontem, na sessão convocada para celebrar o vigésimo aniversário da Lei da Anistia. Nos discursos, a tônica foi a ênfase à necessidade

de complementar os avanços obtidos no Brasil, no campo institucional, com novas medidas, que permitam corrigir injustiças, superar ressentimentos ou combater o processo de exclusão social.

PÁGINA 3

## JUIZ CONTA POR QUE DEFERIU CONCORDATA DA ENCOL

O juiz Avenir Passo de Oliveira, da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia, defendeu a sua decisão de aceitar o pedido de concordata da Encol.

Ele disse que, bem administrada, a medida poderia ter evita-



do os prejuízos causados aos milhares de mutuários que adquiriram imóveis da construtora. A

forma com que Avenir conduziu o processo havia sido duramente criticada por quatro advogados da Encol.

PÁGINA 7

**Senadores recebem dados do BC em tempo real**

PÁGINA 2

**CPI ouve banqueiros beneficiados pelo Proer**

PÁGINA 4

**COMBATE À POBREZA**



**Comissão avaliará programas públicos**

Avaliar os programas públicos de combate à pobreza é um dos objetivos do ciclo de audiências públicas que será promovido pela comissão mista criada para discutir o assunto.

PÁGINA 4

## Congresso aprova 14 medidas provisórias

A MP que permitirá instalar uma fábrica da Ford na Bahia está entre as 14 aprovadas ontem à noite pelo Congresso Nacional.

PÁGINA 4

Uma das medidas votadas ontem pelos parlamentares cria o Fundo de Garantia à Exportação



## Plenário aprecia quatro projetos hoje de manhã

O Senado vota na sessão deliberativa de hoje, a partir das 10h, quatro projetos, todos oriundos da Câmara dos Deputados, sendo um substitutivo a projeto de lei do Senado. O primeiro na pauta da Ordem do Dia é o que inscreve o nome de D. Pedro I no *Livro dos Heróis da Pátria*. A matéria tem parecer favorável, com emenda, do senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS). Em seguida, será apreciado o substitutivo a projeto de lei do Senado tratando da obrigatoriedade de costura eletrônica no acondicionamento de enlatados e da inscrição nas embalagens do número de lote, data de fabricação e validade. O projeto recebeu parecer favorável, com destaque, do senador Lauro Campos (PT-DF).

Consta ainda da pauta projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Colômbia para Impedir o Uso Ilegal de Precusores e Substâncias Químicas Essenciais ao Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. A matéria tem parecer favorável do senador José Jorge (PFL-PE).

## CCJ examina propostas da reforma política

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina hoje vários projetos de lei relacionados à reforma política, entre eles proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que suprime a reeleição para prefeitos e exige a desincompatibilização nos outros casos. Relator da proposta, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) é favorável à iniciativa, mas oferece um substitutivo.

Também integra a pauta da reunião projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas, em todos os níveis. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) é o relator da matéria. Outro projeto é o do senador José Agripino (PFL-RN) que veda aos partidos sem caráter nacional o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão. O relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), tem parecer favorável à matéria, com emendas.

# Senadores terão acesso a informações sobre economia

### Sistema inaugurado ontem permitirá o acompanhamento pela Internet do comportamento do câmbio e do cumprimento de acordos internacionais

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, inauguraram ontem um sistema de parceria pelo qual todos os senadores poderão acompanhar a evolução da economia brasileira, em particular os dados relativos ao câmbio e ao cumprimento de acordos internacionais pelo Brasil. Cada parlamentar disporá de uma senha para ter acesso ao *site* da Internet especialmente desenvolvido com essa finalidade.

Ao lado dos senadores Geraldo Melo (PSDB-RN), primeiro vice-presidente da Casa, e José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado, Antonio Carlos destacou a evolução das relações institucionais entre o Banco Central e o Legislativo e o exemplo de "transparência" simbolizado por essa parceria.



Antonio Carlos recebeu Armínio Fraga ao lado de Melo e Arruda

O *site* criado para manter os senadores diariamente informados, em tempo real, sobre a evolução da economia nacional e as metas e resultados do país na execução de acordos internacionais resultou de um trabalho de cooperação entre os departamentos Econômico e de Informática do BC e o Centro de Informática e Processamento de Dados

(Prodasen) do Senado.

Antonio Carlos considerou que o acesso a esses dados "será muito útil para todos os senadores" e destacou que todos os parlamentares "certamente terão todo o cuidado no uso dessas informações, pois uma interpretação errada ou maldosa poderá prejudicar a economia brasileira".



Antonio Carlos Magalhães recebeu do empresário Carlos Nascimento, diretor do Hotel Transamérica, o convite para viajar ao sul da Bahia

## ACM vai a inauguração de pista de pouso na Bahia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, deverá participar amanhã da solenidade que marcará a inauguração de uma pista de pouso para aeronaves, em Una, na Bahia. Apesar de ter sido construída pela rede de hotéis Transamérica, a pista atenderá a toda a região do sul da Bahia. Una está localizado entre Ilhéus e Porto Seguro.

O convite para Antonio Carlos participar da inauguração da pista de

pouso, que tem uma extensão de dois mil metros, foi feito esta semana pelo empresário Carlos Nascimento, diretor do Hotel Transamérica. A região que será beneficiada pelo aeródromo representa um importante centro turístico baiano, sobretudo pela riqueza da fauna e da flora.

Outras grandes atrações são a caminhada pelas pontes suspensas do Eco Parque de Una e o Safári da Lama Negra.

## Senador não crê em saída de Maia do PFL

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou na noite de ontem que não acredita que o ex-prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, tenha solicitado desligamento do PFL. Falando a repórteres minutos antes de entrar no plenário da Câmara dos Deputados para presidir a sessão do Congresso Nacional, ele disse que acha que César Maia não tomou esta decisão.

— A carta que li me parece que não é dele. Vi alguns trechos que não casam. Não sei se ele volta atrás ou não. Acho que não tomou essa decisão — respondeu o senador Antonio Carlos Magalhães diante das afirmações de que César Maia já teria comunicado ao diretório municipal e ao presidente do partido o seu desligamento do PFL do Rio de Janeiro.

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente  
11h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal  
12h - Recebe o senhor Carlos Reis, Presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro  
12h30 - Recebe o deputado José Manuel Durão Barros, Líder da Oposição (PSD) no Parlamento Português  
10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PLC 59/98, que inscreve o nome de D. Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria; Substitutivo da Câmara ao \*PLS nº 240/89, que estabelece prazo de dois anos para que as fábricas de alimentos adotem a tecnologia de costura eletrônica no acondicionamento de enlatados e determina a impressão, no rótulo ou na parte externa de embalagem, do número de lote, data de fabricação e validade do alimento acondicionado; \*PDL nº 41/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precusores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre os governos do Brasil e Colômbia; \*PDL nº 42/99, que aprova o texto das emendas aos arts. 6º, 14, 15 e 22 do Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat)

## COMISSÕES

Após a Ordem do Dia - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: \*PLS nº 482/99, altera o art. 10 da Lei nº 9.504/97, que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da Federação; \*PLS nº 180/99, altera a redação dos artigos 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do parágrafo 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, revogando o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão dos partidos que não tenham caráter nacional; \*PEC nº 10/99, dá nova redação ao parágrafo 5º do artigo 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; \*PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições a fim de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; \*PLS nº 93/99, anistia os eleitores e os membros de Mesa Receptora das sanções previstas na Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral -, por não terem justificado sua ausência nos pleitos eleitorais realizados nos dias 4 e 25 de outubro/98; \*PLS nº 99/99, altera os artigos 17 e 19 da Lei nº 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição federal, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos juizes eleitorais; e \*PLS nº 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*  
9h - CPI do Judiciário  
Reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*  
10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Pauta: \*PLS nº 329/99, altera dispositivo da Lei nº 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional; \*PLS nº 202/99, introduz modificações na Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações; \*PLS nº 394/99, que inclui o porto de Santa Maria do Boaçu, no rio Branco, no estado de Roraima, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação; e \*PLS nº 437/99, que inclui o porto de Caracará, no estado de Roraima, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*  
15h - CPI do Sistema Financeiro  
Depoimentos do ex-presidente do Banco Econômico, Angelo Calmon de Sá, do ex-presidente do Banco Excel, Ezequiel Edmond Nasser e do presidente do Banco Bilbao Vyscaia Brasil S/A, Vicente Benedito Francés

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)  
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Plenário celebra o 20º aniversário da anistia

A importância da anistia para a redemocratização do país foi destacada ontem, em plenário, por senadores da base governista e da oposição. Durante o espaço reservado para celebrar o 20º aniversário da lei que abriu caminho para a

libertação de presos políticos e o retorno de exilados ao Brasil, parlamentares ressaltaram que é preciso dar continuidade à anistia, corrigindo injustiças, combatendo a miséria e superando antigos ressentimentos.

ROBERTO FREIRE

## Campanha começou durante encontro do MDB em Recife

Durante a comemoração do 20º aniversário da anistia, o senador Roberto Freire (PPS-PE) ressaltou ontem a luta perene dos brasileiros pela ampliação dos espaços de liberdade. “O autoritarismo chegou com as caravelas de Cabral e milhares de vidas foram ceifadas somente



Roberto Freire

por acreditarem numa sociedade mais justa”, disse.

Segundo Freire, foi no Encontro Nacional do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), realizado em maio de 1971, em Recife, que teve início a marcha pela anistia. “Alimentaram a luta iniciativas como a de Terezinha Zerbini, representando a OAB, que lançou o Movimento Feminino, em 1974, e Teotônio Vilela que, presidindo uma comissão do Congresso, editou um livro, em 1978, um *vade mecum* da anistia, depois de visitas às prisões e acesso a documentos de entidades de de-

fesa de direitos humanos.”

O senador por Pernambuco afirmou que a anistia de 1979 pode ser medida em números. “Permitiu a libertação de 200 presos políticos, recuperou os direitos de 128 banidos e de 4.877 políticos que tiveram seus mandatos populares cassados, viabilizando a volta de dez mil exilados que haviam sido obrigados a deixar sua pátria. Ao todo, mais de 500 mil pessoas tiveram processos de caráter político anulados”, ressaltou.

Mas Roberto Freire lembrou que a anistia ainda não está completa. “Estima-se que mais de 1.000 pessoas prejudicadas em seu exercício profissional pelo regime, inclusive militares, vêm tendo seus direitos reduzidos, e até suprimidos, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Um paradoxo, tendo em vista ser ele próprio um anistiado”, afirmou.

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

## Governo quer corrigir injustiças que restam

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), garantiu ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem um claro compromisso com a continuidade da anistia como processo e não apenas como uma data a ser comemorada. “Dentro de 30 minutos, ele estará recebendo, no Palácio do Planalto, uma comissão de anistiados e representantes de categorias que ainda lutam pelo benefício”, disse.

Segundo Arruda, se há injustiças a serem reparadas, as providências que dependerem do governo federal serão tomadas com presteza. “Se há processos a serem concluídos, o presidente tem interesse pessoal em garantir que eles tenham continuidade, para que todos os brasileiros, sem exceção, estejam amparados por essa decisão histórica e democrática que foi a anistia de 1979.”

Arruda fez um apelo aos brasileiros menores de 25 anos, que não viveram os traumas da ditadura nem a sensação de alívio que o país experimentou com a decretação da anistia, em 1979, para reverenciar essa homenagem, reconhecendo a anistia como um dos pontos importantes da história do Brasil. “Um povo que não conhece a sua história tende a repeti-la no que há de pior”, advertiu.

Para festejar a anistia dos muitos cidadãos de Brasília que foram atingidos pelos atos institucionais, Arruda citou um anistiado da cidade, presente em plenário, o ex-deputado constituinte do PSDB, Geraldo Campos, “uma liderança das mais expressivas do pensamento político de Brasília”.



José Roberto Arruda

ÁLVARO DIAS

## Povo sem memória fica sem rumo

A importância da memória do passado para a construção do futuro foi destacada pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) ao discursar ontem durante a comemoração dos 20 anos da anistia. O senador disse que, para boa parte das novas gerações, não está claro o alcance da comemoração da anistia, salientando que não se trata apenas de voltar ao passado.

— Trata-se, sim, de fazer da memória do passado o cimento essencial da construção do futuro. Costuma-se dizer que um povo sem memória é um povo sem rumo, e isto é uma rigorosa verdade. É com a memória que tecemos a história e é pela história que alicerçamos nossa esperança — afirmou Dias.

Álvaro Dias fez um breve relato da história recente do país, a partir de 1964 — “um marco significativo” —, afirmando que em 1968, quando as garantias constitucionais foram suspensas, “uma densa cortina de silêncio, medo e repressão se fecha sobre todo o país”.

— O Congresso despachado para casa. O Judiciário domesticado. As cassações acontecendo em levas. E, o mais terrível, começa o império do aparelho repressivo que, assumindo vida própria, parece escapar ao controle de seus próprios criadores. Prisões arbitrárias, desaparecimentos, tortura e assassinatos passam a fazer parte do dia-a-dia de cada brasileiro. O ar pesado desses anos de chumbo, anos cinzentos, contrasta com a euforia dos anúncios oficiais que saturam os meios de comunicação e tentam criar a imagem de um país alegre e feliz debaixo do tacão do autoritarismo — lembrou o senador.



Álvaro Dias

EDUARDO SUPLYCY

## Revisão de aposentadoria é nova tortura

A supressão pelo governo de direitos previdenciários de anistiados foi criticada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) dentro da série de discursos que



Eduardo Suplicy

marcou a comemoração, no Senado, dos 20 anos da anistia. Muito aplaudido por cidadãos que ocupavam as galerias e também por parlamentares, Suplicy leu trechos de um documento elaborado por anistiados que participaram do I Encontro Nacional em Defesa da Anistia.

— A revisão do valor das aposentadorias representa para alguns uma nova forma de tortura — afirmou o senador.

Suplicy referiu-se aos anistiados do setor privado atingidos pelo Regulamento dos Benefícios da Previdência Social (RBPS). O normativo determina que as aposentadorias dos anistiados não sejam mais reajustadas segundo o padrão dos empregados em atividade, e sim pelos índices de reajuste dos benefícios de prestação continuada. Conforme o documento lido pelo senador, a mudança é uma violação flagrante ao artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição. As aposentadorias também estão sendo revistas (para valores menores) pelo Ministério da Previdência por meio de ordens de serviço.

Outra queixa dos anistiados diz respeito às dificuldades impostas pelo governo para a concessão de novas aposentadorias especiais aos que participaram da luta contra o regime militar. Conforme a Associação Brasileira de Anistiados Políticos (Abap), existem mais de mil pedidos de anistiados do setor privado no Ministério do Trabalho e do Emprego, mas somente alguns foram deferidos, assim mesmo “a pedido do Palácio”.

PEDRO SIMON

## Luta hoje deve ser por justiça social

“Lutamos pela anistia, pela liberdade de imprensa, pela democracia, mas ninguém pode se considerar vitorioso em um país onde 30 milhões de pessoas recebem meio salário mínimo”, frisou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), durante a comemoração dos 20 anos da anistia. O senador gaúcho exortou o presidente Fernando Henrique Cardoso a trabalhar pela justiça social.



Pedro Simon

— Justiça seja feita, o Brasil avançou em relação à liberdade, e vivemos o momento máximo da democracia. Mas, em termos de justiça social temos que começar a luta do zero. Estamos muito atrasados e temos hoje mais fome e miséria do que durante o regime militar — afirmou.

Simon fez um histórico dos “duros tempos” do regime militar, traçando um paralelo entre o movimento democrático e o combate à pobreza.

TEOTONIO VILELA

## Lei de 1979 mudou quadro político do país

Apesar das restrições da Lei de Anistia, o regime e o governo dos militares jamais seriam os mesmos depois de 22 de agosto de 1979. A opinião do ex-senador Teotônio Vilela, um dos principais artífices da redemocratização, foi lembrada ontem por seu filho, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), durante a sessão que comemorou os 20 anos da aprovação da lei pelo Congresso Nacional.

— De fato, a anistia que nasceu restrita apressou a revisão dos processos com tal rapidez, que em poucos meses as prisões estavam vazias. Voltaram os exilados, criando o que o então deputado Roberto Freire anunciou como uma nova correlação de forças políticas — recordou o senador.

Teotônio Vilela Filho lembrou que, já em 1968, seu pai, conhecido como o Menestrel das Alagoas, levantava em discurso no Senado a necessidade de anistia.



Teotônio Vilela

## ACM pede que mágoas sejam apagadas

Ao final da Hora do Expediente de ontem, quando o tempo destinado aos oradores foi dedicado a comemorar o vigésimo aniversário da anistia, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a sessão teve o objetivo de dizer aos anistiados que a Casa está ao lado deles. Ele sugeriu que o passado fosse esquecido e as mágoas apagadas, para que a anistia pudesse ser plena.

— A anistia é um ato de humildade, é um ato de amor, um ato de compreensão. Mas é um ato que só existe na verdade quando ela é completa. Daí por que nós desejamos uma anistia completa a todos os brasileiros que por um fato ou outro estiveram envolvidos em problemas na época do regime militar e que são dignos hoje de todos os reparos e de todo o apreço — afirmou Antonio Carlos.

# Congresso aprova MP que viabiliza Ford na Bahia

Senadores e deputados votaram 14 medidas provisórias, entre elas a que cria o Fundo de Garantia à Exportação e a que abre crédito extraordinário no Orçamento, em favor do Judiciário e de ministérios, no total de R\$ 4,03 bilhões

O Congresso Nacional aprovou ontem 14 medidas provisórias (MP), dentre elas a que cria incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as indústrias que queiram se instalar nos estados que estão sob influência da Sudene, da Sudam e de alguns estados do Centro-Oeste. Esta MP permitirá a instalação de uma fábrica da montadora Ford na Bahia. As MPs vão agora à promulgação.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a aprovação da MP criticando a falta de competência do governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, para conduzir os entendimentos necessários à instalação da Ford naquele estado. "Ainda bem que a Ford não foi para a Argentina", observou. O senador ainda conclamou todos os parlamentares do PT a votarem favoravelmente à aprovação da medida.

## CRÉDITOS

Também foram aprovadas MPs que autorizam o Poder Executivo a abrir créditos extraordinários em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e dos ministérios dos Transportes, da Previdência, do Planejamento, da Agricultura e do Meio Ambiente, no total de R\$ 4,03 bilhões. Outra MP acolhida pelos parlamentares prorroga até 31 de dezembro de 2002 o pra-



## ACM agradece apoio ao estado

Logo após o encerramento da sessão do Congresso Nacional que aprovou, na noite de ontem, entre outras medidas provisórias, a que trata de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, agradeceu a "compreensão" da quase totalidade dos deputados e senadores que, aprovando a MP, contribuíram para a instalação de uma fábrica da Ford na Bahia.

— Estou muito feliz, porque esta medida provisória representa um ato de justiça do Brasil para com a Bahia, e também a segurança do desenvolvimento industrial do estado — comentou Antonio Carlos, ressaltando o trabalho dos parlamentares baianos para que a MP pudesse receber a aprovação do Congresso.

zo para encerrar contas bancárias não recadastradas e repassar os fundos existentes para o Tesouro Nacional. Uma das MPs cria o Fundo de Garantia à Exportação e outra permite ao Tesouro Nacional recolher parte dos recursos arrecadados pela Infraero com a Tarifa de Embarque Internacional.

## TV deverá ter quota de 50% de programas locais

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), aprecia hoje, em reunião que se inicia às 10h, projeto de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que introduz modificações no Código Brasileiro de Comunicações para estabelecer a obrigatoriedade de que 50% da programação das emissoras de rádio e televisão, em horário nobre, sejam compostos de programas culturais locais e regionais, sob pena de pesadas multas.

Outra matéria na pauta de votação é o projeto que altera dispositivo sobre a política energética nacional, de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), tornando obrigatória, para determinados fins residenciais, a instalação de aquecimento solar ou outra forma alternativa de energia.

A comissão aprecia também projeto de lei de iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que inclui o porto de Santa Maria do Boiaçu, no rio Branco, em Roraima, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação. E ainda projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) colocando no mesmo plano o porto de Caracaraí, naquele estado.

## Comissão que estuda pobreza define plano de trabalho

Em cinco ciclos de audiências públicas, a comissão mista do Congresso que examina propostas de combate à pobreza deverá ouvir especialistas, parlamentares e representantes de instituições governamentais e privadas. As indicações feitas pelos integrantes da comissão foram aprovadas, mas caberá a seu presidente, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), à vice-presidente, senadora Marina Silva (PT-AC), e ao relator, deputado Roberto Brant, a definição final sobre que nomes serão de fato chamados a colaborar com a comissão.

Também por sugestão do relator, a comissão deverá criar uma página na Internet para recolher experiências de



Roberto Brant, Maguito Vilela e Marina Silva participam da reunião da comissão mista que examina propostas contra a pobreza

combate à pobreza desenvolvidas por governos estaduais e municipais, assim como por entidades da sociedade civil.

A comissão mista decidiu ainda que, em princípio, se reunirá às quintas-feiras, às 14h, e que serão criados grupos de trabalho para o tratamento de temas específicos, a serem propostos pela mesa diretora.

Os cinco ciclos de audiências públi-

cas deverão: 1) definir o problema da pobreza e a parcela da população que deverá ser o alvo dos programas propostos; 2) avaliar o desempenho de programas públicos de combate à pobreza e o volume de recursos neles aplicados; 3) realizar levantamento

das experiências de programas específicos de combate à pobreza em execução por entidades governamentais e por entidades da sociedade civil; 4) analisar as proposições relativas ao tema em tramitação no Congresso Nacional, de modo a definir propostas prioritárias; e 5) analisar as condições de financiamento dos programas a serem propostos.

## Parlamentares articulam ação para o orçamento

Vários parlamentares da comissão mista especial que propõe programas de combate à pobreza sugeriram uma sincronia entre a apresentação do relatório final da comissão, previsto para dentro de 90 dias, e a tramitação da proposta de lei orçamentária para o ano 2000.

A deputada Luíza Erundina (PSB-SP)

observou que o governo federal efetuou uma série de cortes na execução orçamentária do orçamento de 1999, muitos na área social. Por isso, a comissão deveria ficar atenta ao "tempo político" e relacionar seu esforço à análise parlamentar da proposta de lei orçamentária para o ano 2000, que deverá ser enviado ao Congresso Nacional

até o final deste mês.

As condições de financiamento de programas de combate à pobreza também exigem, na opinião da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), que a comissão se posicione em relação aos vetos presidenciais à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada pelo Congresso Nacional no final do semestre passado.

## Banqueiros vão depor hoje sobre o Proer

A CPI do Sistema Financeiro ouvirá hoje, a partir das 15h, os depoimentos do



ex-presidente do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá, do ex-presidente do Banco Excel, Ezequiel Edmond Nasser, e do presidente do Banco Bilbao Vyscaia Brasil S/A, Vicente Benedito Francês. Os senadores vão inquirir os depoentes sobre o Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), por meio do qual o Banco Central socorreu diversas instituições em dificuldades.

O ex-presidente do Banco Nacional, Marcos Catão Magalhães Pinto, e o presidente do Conselho Administrativo do Unibanco, Pedro Moreira Salles, vão depor na CPI amanhã, às 10h.

## Furtado e Ricupero são os primeiros convidados a falar



O economista Celso Furtado e o embaixador Rubens Ricupero serão os dois primeiros especialistas a participar dos ciclos de audiências públicas da Comissão Mista Especial

da Pobreza. Seus nomes foram aprovados ontem a partir de indicação feita pelo Bloco Oposição, e eles devem abordar, no dia 27, o tema "Erradicação da pobreza como desafio histórico da sociedade brasileira".

Outro analista que a comissão pretende ouvir é o economista indiano Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia e autor de inúmeras obras sobre a pobreza em países subdesenvolvidos. Sua indicação também foi aprovada na reunião de ontem, após o presidente da comissão, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), salientar que a agenda congestionada do pesquisador e o limite de 90 dias fixado para a conclusão dos trabalhos da comissão impõem que o convite seja feito o mais rápido possível.





Luiz Otávio, relator, disse que programação está afinada com estabilidade econômica

## Programação monetária passa sem alterações

O plenário aprovou ontem a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1999, conforme parecer apresentado pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA) na Comissão de Assuntos Econômicos, assegurando que essa programação esteja afinada com a estabilidade do cenário econômico externo e com a evolução favorável do quadro interno. A matéria segue agora para a Câmara dos Deputados. Na mesma sessão, foi aprovado pro-

jecto de lei da Câmara incluindo os portos de Itumbiara e São Simão, ambos no rio Paranaíba, em Goiás, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação. A iniciativa vai a promulgação. Além disso, os senadores aprovaram a renovação da concessão da Rádio Gaúcha, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Porto Alegre (RS). A matéria vai a promulgação.

## Aeronauta e aeroviário poderão pedir reparação de natureza econômica

Os aeronautas e aeroviários, civis e militares, atingidos por atos institucionais que ficaram impedidos de exercer a profissão terão direito a uma reparação de natureza econômica. Projeto de lei do senador Roberto Freire (PPS-PE) permitindo essa indenização foi aprovado ontem pelo plenário, na forma de um substitutivo. A matéria ainda vai à apreciação da Câmara dos Deputados.

O projeto visa regulamentar norma das Disposições Constitucionais Transitórias sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão. Isso deverá beneficiar pilotos civis, oficiais aviadores e oficiais engenheiros que, para

exercerem atividade na aviação civil, dependiam de licença da Diretoria de Aeronáutica Civil.

Para receber a indenização, os pilotos civis, aeronautas e aeroviários deverão comprovar sua situação mediante cópia da licença ou do certificado fornecido pela Diretoria de Aeronáutica Civil, ou outro documento oficial. Deverão comprovar também estar na condição de anistiados políticos perante a Previdência Social.

Para habilitar-se a essa reparação econômica, o interessado deverá encaminhar requerimento ao ministro da Fazenda, com cópia autenticada da carteira de identidade, CPF e documentos oficiais comprobatórios.



Roberto Freire

## Programa Habitat da ONU terá escritório no Brasil

Foi aprovado ontem pelos senadores o acordo que permite a operação no Brasil de um escritório do Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat). O documento firmado pelo Brasil com o Habitat prevê a instalação de um escritório no Rio de Janeiro que atenderá a América Latina e o Caribe. O governo brasileiro se compromete a reconhecer a

inviolabilidade do escritório e o Habitat obriga-se a não permitir que ele seja utilizado como refúgio por pessoas que estejam tentando escapar da prisão ou procurando esquivar-se de processos judiciais. Também foi aprovado acordo celebrado entre o governo brasileiro e a República da Eslovênia na área de comércio e cooperação econômica.

# Senado aprova renegociação da dívida de Santa Catarina

Líder do PMDB apresenta projeto de lei de conversão da MP estendendo direito a todas as demais unidades da Federação

O Senado aprovou ontem, devendo ainda ser promulgado, projeto de resolução autorizando o Segundo Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre a União e o estado de Santa Catarina. O objeto da operação é a dívida catarinense para com o Instituto de Previdência do estado, que agora fica federalizada, com o pronunciamento favorável do Banco Central.

Ao anunciar seu voto favorável à matéria, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) apresentou projeto de lei de conversão da MP 1.900-40/99, estendendo esse direito a todas as unidades da Federação. "Se foi concedido a Santa Catarina, as autoridades econômicas devem ter levado em conta que não seria possível beneficiar só Santa Catarina", argumentou ele, dizendo-se certo de que "o Executivo não se recusará a atender os demais estados e municípios que se encontrarem na mesma situação".

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apontou a incoerência dos que condenavam a medida no ano passado e agora a aprovam. "Quero referir-me à coerência que muitos colegas não tiveram com relação ao meu estado. No



Apenas três senadores votaram contra o projeto que permite a Santa Catarina refinar pela segunda vez os débitos com a União

ano passado, fomos à equipe econômica e propusemos essa solução e nos disseram que isso abriria um precedente muito perigoso", reclamou ele. Contrário à aprovação da matéria, o senador Paulo Hartung (PSDB-ES) disse que dificilmente a União terá fôlego para abrir um novo caminho na renegociação da dívida dos estados. Com Roberto Freire (PPS-PE) e Heloisa Helena (PT-AL), Hartung votou contra a matéria. José Eduardo Dutra (PT-SE) se absteve.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) observou que, ao viabilizar a solução para as dívidas estaduais com os

institutos de previdência, o projeto deixava de examinar uma questão relevante — os estados que têm crédito junto ao INSS.

Ele informou que o Paraná e a Bahia dispõem desses créditos. Também afirmou que, enquanto sequestra recursos de Minas Gerais, em razão da moratória decretada por Itamar Franco, o governo federal leva sete anos devendo recursos ao Paraná, sem oferecer nenhuma solução. "Resolvemos o problema dos devedores, mas, e os estados que têm crédito junto à União, como ficam diante dessa liberalidade?", questionou ele.

## "Decurso de prazo" na CAE é revogado pelo plenário

O plenário do Senado aprovou e promulgou ontem resolução revogando dispositivos que limitavam a dez dias úteis o prazo para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) manifestar-se sobre operação econômica pleiteada pelo governo de Santa Catarina.

Autor do projeto, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) disse que o apresentou por ter ficado surpreso com uma resolução que ressuscitava o decurso de prazo, vigente à época do

regime militar.

A referida resolução autorizava o governo de Santa Catarina a adicionar dívida com o instituto de previdência do estado na operação de refinanciamento de suas dívidas mobiliárias e contratuais, estabelecendo que, caso a CAE não se manifestasse no prazo estabelecido, a operação seria aprovada. "Isso não existe no Regimento do Senado, só existiu no regime militar", argumentou Jader.



Jader: mecanismo não existe no Regimento Interno do Senado e lembrava regime militar

## Mudança viabiliza Ministério da Defesa

Com 65 votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção, o Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda alterando seis artigos da Constituição para adequá-la à criação do Ministério da Defesa e à transformação dos ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica em comandos. O presidente da Casa, senador Antonio Carlos

Magalhães, informou que a matéria constará da Ordem do Dia do próximo dia 26, para início do segundo turno de discussão.

A proposta estabelece que o cargo de ministro da Defesa só poderá ser ocupado por brasileiro nato e que o Conselho de Defesa Nacional incluirá, além do ministro da Defesa, os comandantes das

forças singulares. A emenda também inclui, na esfera privativa do Senado, competência para processar e julgar os comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica, quando lhes for atribuída a autoria de crime de responsabilidade, conexos com crimes da mesma natureza eventualmente praticados pelo presidente da República ou por seu vice.

# CCJ rejeita "federação de partidos" nas eleições

Semelhante à coligação, mecanismo permitiria às agremiações menores a atuação em conjunto também na atividade parlamentar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou ontem, por 18 votos contra três, emenda do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto de lei que proíbe as coligações partidárias nas eleições proporcionais, de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), já aprovado na comissão. A emenda criava a figura da federação de partidos, permitindo a agremiações diversas a atuação conjunta nas eleições e no desempenho parlamentar.

O relator do projeto, senador Edison Lobão (PFL-MA), justificou seu voto contrário à emenda por entender que esta se chocava com o projeto, pois na prática permitiria as coligações, que este vetava. Além disso, argumentou que a mesma emenda fora apresentada a outro item da pauta, que trata da cláusula de barreira.

Houve uma tentativa de acordo entre as lideranças partidárias para que a emenda fosse votada quando do exame desta outra matéria, de autoria do senador José Agripino (PFL-RN), que veda aos partidos que não atingirem o



Na CCJ, a rejeição da emenda recebeu votos de 18 senadores

"funcionamento parlamentar" — definido na legislação eleitoral como sendo a obtenção de 5% do total de votos apurados no país, com pelo menos 2% do total em nove estados — o acesso ao Fundo Partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), contrário ao acordo, pediu vista do projeto, de autoria do senador José Agripino, presidente da comissão. Foi então convocada nova reunião da CCJ para depois da Ordem do Dia do plenário hoje, quando o projeto será novamente colocado em pauta.

Dutra e os senadores Roberto Freire

(PPS-PE) e Valadares votaram contrariamente ao relator. Freire afirmou que as restrições aos pequenos partidos contrariam as liberdades democráticas. Sérgio Machado defendeu o projeto original, justificando que é preciso acabar com coligações oportunistas.

O debate da emenda na CCJ durou quase duas horas. Participaram, também, os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Artur da Távola (RJ), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Álvaro Dias (PSDB-PR), José Fogaça (PMDB-RS), Jader Barbalho (PMDB-PA), Roberto Requião (PMDB-PR) e Agnelo José (PMDB-RN).

## Aprovado o projeto que dá prioridade às conclusões de CPIs

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei que determina que o Ministério Público e demais autoridades dêem prioridade às determinações encaminhadas em conclusões de comissões parlamentares de inquérito (CPIs). O projeto, já aprovado anteriormente pela comissão, foi votado novamente em turno suplementar, necessário quando se trata de um substitutivo — no caso, ao projeto original de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

A matéria foi aprovada em decisão terminativa, isto é, somente será votada em plenário se houver recurso. Caso contrário, segue diretamente para a Câmara dos Deputados. Pelo projeto, a autoridade a quem for encaminhada conclusão de CPI terá 30 dias para informar ao remetente — o presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional — as providências adotadas ou a justificativa pela omissão.

A autoridade também ficará encarregada de informar semestralmente o andamento do processo, até sua conclusão. A proposta ainda determina que o processo ou procedimento pedido na conclusão da CPI terá prioridade sobre qualquer outro, exceto os pedidos de *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de segurança.

## CAS ouve entidade e dá início a debate sobre o combate à pobreza

A Comissão de Assuntos Sociais iniciou ontem a primeira audiência pública com o objetivo de subsidiar os debates sobre as propostas de combate à pobreza que se encontram em tramitação no Senado. Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), autora do requerimento, a abertura de espaço para discutir com representantes da sociedade civil e estudiosos os problemas relativos à fome e à pobreza é fundamental para que o Senado apresente propostas concretas que beneficiem diretamente milhões de pessoas carentes.

O presidente do Fórum Nacional de Segurança Alimentar, Flávio Valente, foi o primeiro a tomar parte na série de debates promovidos pela Comissão de Assuntos Sociais. Ele disse que falta "vergonha" para que o país mude socialmente e coloque um fim à fome e à pobreza. "É uma questão puramente política, ética, moral e não apenas financeira, cabendo ao Congresso Nacional entrar em cena e mudar essa situação aflitiva que já começa a incomodar, talvez por medo, os mais abastados", enfatizou.

O presidente da comissão, senador Osmar Dias (PSDB-PR), é de opinião que o plano de combate à pobreza deve ter propostas concretas que venham, de fato, a reduzir as desigualdades regionais e salvar milhões de famílias que se encontram em condições precárias e passando fome. A senadora Heloísa

Helena entende que se o Congresso Nacional cumprisse com a sua mais simples atribuição — a de fiscalizar o Poder Executivo — talvez o país não estivesse numa situação tão crítica, principalmente em relação ao social.

A senadora Maria do Carmo (PFL-SE) também tomou parte nos debates e informou, com base em dados do Ipea, que se o governo lançasse mão de apenas 5% do Produto Interno Bruto resolveria a questão da pobreza no país. Para Marina Silva (PT-AC) a pobreza brasileira não se resume apenas à questão da fome. "O problema é muito mais complexo e envolve renda, trabalho, moradia, saúde e educação, entre outros."

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que ações assistencialistas, como a distribuição de cestas básicas, não resolvem a questão da pobreza, razão pela qual voltou a defender a adoção de um programa de renda mínima para que as pessoas tenham direito à cidadania. Para o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), as propostas apresentadas por Flávio Valente estão em sintonia com o que está sendo discutido no Congresso.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) destacou que, enquanto o atual modelo econômico for mantido, dificilmente qualquer plano que vise ao social terá sucesso. Já o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) condenou a concentração da riqueza nas mãos de poucos quando a maioria da população passa fome, fazendo votos para que os trabalhos da comissão mista tenham sucesso.



A CAS promoveu o primeiro debate com representante do Fórum de Segurança Alimentar

## Ausência de representante do Ipea na audiência pública gera protesto

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Osmar Dias, protestou contra a ausência do representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ricardo Paes de Andrade, no primeiro debate promovido pela comissão com o objetivo de apresentar subsídios aos projetos e propostas de combate à fome e à pobreza em tramitação no Senado.

A assessoria do Ipea mentiu ao informar que havia recebido o convite somente ontem para que Ricardo Paes de Andrade comparecesse a esta comissão — reagiu Osmar Dias à justificativa apresentada pela assessoria daquele instituto, informando que a secretaria da comissão expediu o ofício convidando o pesquisador no dia 12 de agosto.

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais comunicou que o presidente do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais, dom Mauro Morelli, e o representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), José Carlos Libânio, justificaram com antecedência seu não-comparecimento.

A senadora Heloísa Helena, autora do requerimento, criticou o não-comparecimento dos representantes do Ipea e do PNUD no momento em que o Congresso Nacional inicia os debates sobre o combate à fome e se prepara para apresentar propostas concretas para minimizar o problema em todo o país.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Especial Unip* — Assunto: Pedra nos rins  
6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Ginástica Especializada  
7h30 — *Especial Unip* — Assunto: Pedra nos rins  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *Entrevista* — O senador Sebastião Rocha fala sobre reforma agrária  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Agenda Econômica* — O senador Arlindo Porto fala sobre política agrícola  
9h55 — *Senado em Pauta*  
10h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após, Comissão Mista da Pobreza (gravada em 18/08)  
15h — CPI dos Bancos — Depoimento do ex-presidente do Banco Econômico Ângelo Calmon de Sá, entre outros  
19h — *Cores do Brasil* — Em destaque, Pernambuco  
19h30 — *Agenda Econômica* — Senador Arlindo Porto

20h30 — *Entrevista* — Senador Sebastião Rocha  
21h — *Jornal do Senado*  
21h25 — *Senado em Pauta*  
21h30 — *Agenda Econômica* — Senador Arlindo Porto  
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
10h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — "A Voz do Brasil"  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"  
Em seguida — Música e informação  
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida — Música e informação

# Juiz rebate acusações e denuncia advogados

Ao depor na CPI do Judiciário, magistrado responsável pelo processo de falência da Encol diz que seus acusadores tentam uma retaliação porque foram impedidos de lucrar com o fechamento da construtora

Em depoimento ontem à CPI do Judiciário, o juiz Avenir Passo de Oliveira, da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia, rebateu as acusações feitas contra ele por quatro advogados da Encol e ainda denunciou que, durante a concordata (de dezembro de 1997 a março de 99), seus acusadores transferiram, irregularmente, R\$ 62 milhões em bens da empresa para seus nomes:

— Os advogados devem ter motivos para não gostar de quem anulou a transferência de R\$ 62 milhões — afirmou Avenir, destacando que os seus atos contrariaram os seus acusadores.

O juiz afirmou aos senadores que aceitou o pedido de concordata da empresa “com base na grave situação social” que a falência da Encol causaria, já que a construtora empregava cerca de dez mil pessoas e deixaria cerca de 42 mil famílias sem a esperada casa própria. Para o juiz, a concordata, se administrada seriamente, poderia salvar os bens das famílias, enquanto que a falência seria o “caos” e poderia até mesmo aumentar o prejuízo dos mutuários e dos trabalhadores.

Porém, continuou, em um ano de concordata, diversas fraudes foram co-

metidas pelos advogados da empresa, como a transferência irregular da participação da Encol no Shopping Bougainville, no valor de R\$ 22 milhões, para os advogados Sérgio Mello e Paulo Viana, que depuseram à CPI no último dia 4. A transação, disse Avenir, foi detectada pelo então comissário da concordata, Habib Badião, levando o juiz a anular as transferências.

O juiz explicou que a Encol não depositou parcela da dívida no prazo legal, levando-o a decretar, em 16 de março passado, a falência da empresa, a prisão do seu proprietário, Pedro Paulo de Sousa, além da indisponibilidade dos bens dos seus diretores durante o período de crise. Ele disse que todos os *habeas corpus* e agravos de instrumento impetrados contra seu despacho ti-

veram decisão liminar contrária.

Avenir também negou que a nomeação do síndico da massa falida não tenha obedecido as determinações legais. Segundo ele, o banco BBC, maior credor da Encol em Goiânia, não quis nomear um de seus diretores nem advogados de seu quadro e contratou Habib Badião para acompanhar o processo de concordata. Foi assim, disse, que aceitou a escolha do banco e nomeou o advogado.

## Depoente abre suas contas bancárias e mostra patrimônio

Ao abrir seu depoimento, o juiz Avenir Passo de Oliveira entregou ao presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), escritura pública autorizando a CPI a examinar suas contas bancárias e declarações de rendimentos e bens.

Rebatendo as acusações de enriquecimento ilícito, Avenir informou que possui, desde 1995, antes de assumir o caso da Encol, uma casa “aconchegante, mas modesta”, em um bairro de Goiânia. Os terrenos, que totalizam 2.100 m<sup>2</sup>, segundo o juiz, foram comprados a preços

baixos, pois na época não havia sequer luz, telefone ou água no local.

Ele também disse que as casas que possui em Trindade (GO) são pequenas e “não se trata de condomínio fechado”, como disse o advogado Waldomiro Azevedo à CPI. Segundo o juiz, ele possuía bens antes de se tornar magistrado e sua esposa, que é médica, contribuiu para as economias da casa.

Depois de ser acusado pelos quatro advogados no último dia 4, o juiz informou aos senadores que afastou-se do processo de falência da Encol. Para abandonar o caso, o juiz alegou agressões morais e tentativas de agressões físicas contra ele e sua família.

Avenir revelou também que pediu sua transferência da Vara de Falências, requerimento que será analisado na próxima reunião do pleno do Tribunal de Justiça de Goiás. O juiz destacou que até a decretação da falência não havia qualquer acusação contra ele. Só então, os advogados apresentaram um pedido de suspeição do juiz que, segundo disse, não colocava sequer em dúvida a sua honestidade e seriedade.



Avenir (D): advogados tentaram desviar R\$ 62 milhões da Encol para suas contas

## Wilson acha suspeita presença de advogado

o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) considera suspeita a participação de Micael Heber Mateus no processo de falência da Encol. Tanto nos depoimentos dos advogados Waldomiro Azevedo, Sérgio Mello, Paulo Viana e Neiron Cruvinel, como do juiz Avenir Passo de Oliveira, Micael aparece como um intermediário do proprietário da Encol, Pedro Paulo de Souza, junto à empresa e à

Vara de Falências e Concordatas de Goiânia. Porém, Wilson informou que, apesar de referido como advogado, Micael apenas registrou-se na Ordem dos Advogados do Brasil no ano passado.

Micael teve participação na venda de 3.764 cabeças de gado e na distribuição do dinheiro obtido na negociação. Segundo o advogado Sérgio Mello, que disse ter recebido o gado a título de paga-

mento de honorários, Micael teria entregue R\$ 1 milhão obtidos na venda para o juiz. Já para o magistrado, que disse não ter ouvido falar em gado até ler reportagem na revista *IstoÉ*, o dinheiro pertencia ao próprio Micael e não a Sérgio Mello. O juiz declarou manter relações apenas profissionais com Micael, de quem disse não ser amigo, como afirmaram os advogados à CPI.

## Tebet: “Mutuários estão sofrendo”

O presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse ontem que os únicos prejudicados no caso Encol foram os cerca de 42 mil adquirentes de imóveis junto à construtora. “São os mutuários que estão sofrendo. Como sempre, a corda arrebenta do lado mais fraco”, comentou. Para Tebet, os depoimentos dos advogados que acusaram o juiz Avenir Passo de

Oliveira, da Vara de Falência de Goiânia, e do próprio magistrado deixaram a impressão de que há grandes interesses por trás do processo de falência da Encol.

Ele salientou que no depoimento prestado ontem o juiz procurou dar respostas a todas as acusações que lhe foram imputadas pelos advogados. “Agora, o depoimento será cotejado com outras provas obtidas pela comissão”, disse.

## Senador anuncia que Suíça vai investigar ex-juiz Nicolau Neto

Antes do depoimento de ontem, o presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), deu conhecimento aos membros da comissão da carta rogatória enviada pelo governo suíço ao Supremo Tribunal Federal (STF), comunicando sua decisão de investigar o juiz aposen-

tado Nicolau dos Santos Neto, por lavagem de dinheiro:

— Tenho a satisfação de ver que os trabalhos desenvolvidos aqui, na CPI, e pelo Ministério Público, além da ação da imprensa estão surtindo resultados — afirmou Tebet.

Para o presidente da CPI, a decisão do governo suíço pode permitir o bloqueio dos bens do ex-juiz naquele país, que poderão ser usados para ressarcir os prejuízos causados aos cofres públicos brasileiros. Mais de R\$ 100 milhões teriam sido desviados da construção do

Fórum Trabalhista de São Paulo. Segundo informações publicadas na imprensa, o juiz teria movimentado na Suíça US\$ 6,8 milhões entre 1991 e 1994.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) requereu a antecipação da quebra do sigilo bancário do juiz Nicolau e do

empresário Fábio Monteiro de Barros, proprietário da Incal, construtora responsável pela obra. A CPI havia quebrado o sigilo a partir de janeiro de 1992, mas, diante desses novos dados, Dutra pediu que a comissão analise as contas a partir de 1º de setembro de 1991.

## Reunião hoje decide sobre quebra de sigilo da Saenco

A pedido do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), convocou para hoje, às 9h, reunião administrativa da comissão para analisar requerimento de Dutra que solicita a quebra do sigilo bancário da empresa Saenco, que faz parte do Grupo OK, pertencente ao senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Dutra fundamentou seu pedido no

fato de, na reunião administrativa do dia 4 passado, o relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), ter pedido o sobrestamento do requerimento para que, num prazo de sete dias, a comissão pudesse receber explicações do dono da empresa Incal, Fábio Monteiro de Barros, acerca de todos os cheques emitidos pela construtora a empresas de Estevão. Dutra afirma que o prazo dado expirou.

## ACM elogia trabalho realizado pela comissão

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, compareceu ontem à reunião da CPI do Judiciário e classificou o trabalho como “uma das coisas mais importantes realizadas no Senado em todos os tempos”. No seu entender, “se a Justiça agora não quiser aproveitar o trabalho da CPI para modificar o Judiciário, aí fica caracterizado de quem é o crime”.

Antonio Carlos elogiou a iniciativa da Justiça suíça de bloquear as contas mantidas pelo juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto naquele país, “atendendo solicitação do Itamaraty”, e manifestou a expectativa de que o governo consiga trazer de volta todo o dinheiro localizado. O juiz é acusado de enriquecimento ilícito, por conta de desvios de recursos destinados à construção do Fórum

Trabalhista de Primeira Instância de São Paulo.

O senador considera que a eficiência da Comissão Parlamentar de Inquérito tem sido demonstrada “todos os dias, em um trabalho sem alarde e sem ferir dispositivos legais”. Antonio Carlos avalia que os dados e resultados das investigações da CPI do Judiciário poderão “modificar tudo neste país”.

# TV Senado lança programa de educação a distância

Projeto Universidade do Legislativo, apresentado ontem na Subcomissão de Rádio e Televisão, permitirá formar profissionais e oferecer às câmaras municipais a possibilidade de veicular uma hora de programação local

Dentro de 90 dias a TV Senado poderá ser vista por sinal aberto, em frequência UHF e VHF, o que permitirá a viabilização do projeto Universidade do Legislativo, que utilizará o sinal para a transmissão de um programa de ensino a distância. A informação foi dada ontem pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, jornalista Fernando Cesar Mesquita, durante reunião da Subcomissão de Rádio e Televisão, da Comissão de Educação. Para o presidente da subcomissão, senador Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto "vai revolucionar a televisão brasileira".

— Estamos vivendo um momento histórico e esse projeto será uma revolução. A possibilidade de uma câmara municipal colocar uma repetidora, com uma hora de programação feita para seu município, vai mudar a televisão brasileira — afirmou.

Para debater o projeto, a subcomissão realizou encontro que contou com a presença de senadores, do diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, de consultores, técnicos e assessores, além de Fernando Cesar.

O diretor da Secretaria de Comunicação Social disse que a TV Senado passará a ser uma estação geradora a partir de Brasília, utilizando um canal UHF, de nº 51, o que permitirá a transmissão de seus programas para todos os municípios brasileiros.

— Recebemos solicitações de todo o Brasil para que a TV Senado opere com sinal aberto. Com esse projeto, estaremos levando a imagem da tevê para todo o país — disse Fernando Cesar.

Por sugestão de Agaciél, participará do projeto o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O projeto Universidade do Legislativo nasceu de uma recomendação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, dentro da idéia de educação para a cidadania.

Fernando Cesar Mesquita e Agaciél Maia informaram que a TV Senado reservará três horas diárias, de 6h às 9h, para veicular cursos e projetos de interesse dos municípios. Serão ministradas aulas de Direito Constitucional e Administrativo, Processo Legislativo, Políticas Públicas, Processo Orçamentário, Direito Tributário e Financeiro, Direito Público Internacional e Meio Ambiente, entre outros. Haverá ainda convênio com universidades federais para realização de



Após ouvir as explicações de Fernando Cesar Mesquita e Agaciél Maia, o senador Pedro Simon considerou o projeto "uma revolução"

outros cursos. "O sinal aberto vai permitir que a TV Senado seja vista em todo o Brasil, e os cursos propiciarão o desenvolvimento de recursos humanos para os municípios", ressaltou Agaciél.

Fernando Cesar Mesquita afirmou que não haverá custos adicionais para o Senado, e que os gastos para os municípios que quiserem retransmitir a TV Senado deverão ficar entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil. O engenheiro Aldo Renato Bernardes, da Subsecretaria Técnica de Eletrônica (Sustel), informou que serão necessários, para a retransmissão da TV Senado, uma solicitação do município junto ao Ministério das Comunicações para viabilizar o canal VHF (que vai do dois ao 13) ou UHF (do 14 ao 59), e equipamentos de antena parabólica receptora de satélite, cabos para interligação e retransmissor de televisão.

Simon sugeriu que a subcomissão reivindique uma linha de crédito ao BNDES para financiamento do projeto às câmaras municipais. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) quis saber sobre a fiscalização da programação local, enquanto Geraldo Cândido (PT-RJ) elogiou o projeto, afirmando que a TV Senado tem mudado a "visão distorcida" que a população tinha do Congresso.

O vice-presidente da subcomissão, Artur da Távola (sem partido-RJ), defendeu também a expansão de programas educativos nas rádios brasileiras e sugeriu que os diretores de rádios, incluindo a Rádio Senado, organizem-se para que as emissoras tenham um pacote de programação cultural destinado a preencher as lacunas da programação diária. Também participaram da reunião as senadoras Luzia Toledo (PSDB-ES) e Emilia Fernandes (PDT-RS).

## Alencar registra os 60 anos da canção *Aquarela do Brasil*

Há exatos 60 anos a canção *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, uma das músicas brasileiras mais conhecidas no exterior, foi gravada pela primeira vez. A data foi lembrada ontem pelo senador José Alencar (PMDB-MG), que considera a obra uma "verdadeira embaixada do Brasil em qualquer parte do mundo".

— Com versos aparentemente simples, mas de extrema força poética, a *Aquarela do Brasil* universalizou-se exatamente por ter conseguido cantar com perfeição as particularidades do Brasil, sua terra e sua gente. Creio residir nesse ponto a monumentalidade da obra de Ary Barroso, que, ao cantar sua aldeia, encantou o mundo — analisou o senador.

José Alencar lembrou as homenagens prestadas ao compositor mineiro, em especial por sua cidade natal, Ubá (MG), que espalhou monumentos em homenagem ao músico e radialista. Segundo o senador, a cidade preparou uma série de homenagens para comemorar os 60 anos da *Aquarela do Brasil*. Foram realizadas ontem missa solene na Basílica de Nossa Senhora do Rosário, onde Ary foi coroinha, além das apresentações de grupos musicais ubaenses. "No encerramento da programação, a forma mais adequada para se homenagear aquele que fez da música popular o mais perfeito instrumento de comunicação da alma brasileira com a comunidade universal: uma seresta", concluiu.



Alencar: obra divulgou o país em todo o mundo

## Deputado retira acusação contra governador do Acre

O senador Tião Viana (PT-AC) registrou ontem em plenário o discurso feito na Câmara pelo deputado federal Severino Cavalcanti, no qual ele faz reparação à sua denúncia de que o governador do Acre, Jorge Viana, estaria envolvido com o narcotráfico. Segundo Tião Viana, que leu na íntegra o pronunciamento do deputado, Cavalcanti, com esse gesto, encerra definitivamente o episódio.

— Reconheço, como certamente reconhece o ilustre deputado Severino Cavalcanti, que, muitas vezes, somos movidos pela emoção, que não é a companhia ideal quando o posicionamento isento é o que deveremos sempre ter os que assumimos, com o mandato representativo, o *munus* de uma conduta ética irreprovável — disse o senador.

Em seu discurso, o deputado se refere a duas portarias determinadas pela secretária de Segurança Pública do Acre, Maria de Salete, impondo sanções administrativas ao delegado Carlos Alberto da Costa Bayma, acusado de envolvimento com o narcotráfico, fato que gerou o incidente. "O conhecimento dessas providências por parte do governo do Acre mostra agora sem razão as suspeitas que, justificadas no pouco conhecimento que temos do estado e nas circunstâncias anteriormente ocorrentes,

me levaram a levantar", reconheceu Cavalcanti, que é corregedor da Câmara.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que os senadores foram testemunhas da indignação que tomou conta da senadora Marina Silva (PT-AC) e de Tião Viana, ressaltando a importância da reparação do mal-entendido.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que "não existe gesto mais nobre do que o reconhecimento público de uma pessoa", referindo-se ao pronunciamento do deputado. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) lembrou que soube do fato ao ouvir um programa de televisão do Paraná chamado *Cadeia* e que imediatamente considerou que a notícia estava incorreta por conhecer a reputação do senador Tião Viana, irmão do governador do Acre. Ele se comprometeu em levar os dois discursos ao programa para divulgar a informação correta.



Tião Viana elogiou a atitude do deputado Severino Cavalcanti

## Mauro defende movimento dos produtores rurais

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) comentou a presença, em Brasília, de produtores rurais que lutam pela renegociação de suas dívidas, sustentando que esses agricultores não podem ficar sitiados pelo silêncio ou pela omissão das autoridades. Para o senador, o governo deve aproveitar essa nova oportunidade de um diálogo construtivo com a agricultura.

— Aos milhares, ao lado das máquinas com que preparam a terra, e ao lado das carretas que carregam o produto de seu trabalho, os produtores rurais deste país estão aqui bem perto de nós, na Esplanada dos Ministérios, pedindo socorro, pedindo para ser ouvidos, pedindo para ser respeitados.

Mauro Miranda disse que os produtores rurais vieram de todas as partes do país em busca de soluções definitivas para o endividamento rural, de ga-

rantias de paz para produzir e da implementação de políticas de renda que estimulem a fixação do homem à terra.

— Eles não pedem esmola, nem propõem o calote. Eles não têm poder para parar o país, como pararam os caminhoneiros. Mas são eles que fazem 35% do PIB brasileiro. São eles que produzem 30% de todas as riquezas que o país exporta. São eles que representam 20 milhões de brasileiros que vivem no campo — enfatizou.

Segundo o senador, a industrialização que urbanizou o Brasil veio do leite, do café, da cana, mas principalmente dos trabalhadores que "teimosamente" vêm atravessando períodos sucessivos de crise. Ele lembrou que no governo Collor faltou dinheiro para plantar e o Brasil teve que importar quase tudo, alimentando a inflação.



Mauro diz que os agricultores não "propõem calote"

## Arlindo Porto fala de agricultura

O senador Arlindo Porto (PTB-MG), que foi ministro da Agricultura no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, defende uma solução para a agricultura brasileira em entrevista ao programa *Agenda Econômica*, que a TV Senado exibirá hoje às 9h, 13h30, 19h30 e 21h30. Lembrando que exploramos apenas 20% da nossa capacidade de produção, o senador afirma que o Brasil é imbatível no setor, uma vez que nenhum país do mundo é líder na produção agrícola explorando tão pouco o seu potencial produtivo. Os Estados Unidos, segundo o senador, exploram mais de 80% da suas terras agricultáveis.